

Nota Informativa

Edição 165/2023

DESTAQUES

Governo já negocia calendário especial de votação da reforma tributária

Governo vai propor agência de cibersegurança 10% menor e sem orçamento próprio

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel submete proposta de revisão do Plano Geral de Metas de Competição à consulta pública

Anatel promove consulta pública para a revisão do Regulamento de Uso do Espectro

Anatel destina 120 MHz para o 5G na faixa de 4,9 GHz

Orlando Silva diz que Judiciário poderá dar respostas mais rápidas para garantir direitos fundamentais em serviços digitais

MCom debate soluções para a conectividade rural em evento promovido pela CNA

Com primeiras operações do FUST, BNDES viabiliza internet banda larga em escolas públicas de MG e TO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ideal é não ter mais exceções na reforma tributária, diz Appy

Reforma tributária: Braga vê espaço para aumentar fundo regional em mais R\$ 15 bilhões

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula diz que meta fiscal não precisa ser zero e prevê 2024 difícil

Não dá para cravar efeitos de medidas de receitas aprovadas pelo Congresso para 2023, diz Ceron

Governo central tem superávit primário de R\$ 11,548 bi em setembro

Haddad pretende apresentar a Lula alternativas para desoneração da folha

EDUCAÇÃO

Comissão aprova obrigatoriedade de laboratórios em escolas públicas

MEIO AMBIENTE

Discussão sobre US\$ 100 bi de financiamento ambiental tem que ser retomada na COP, diz Ana Toni

ORÇAMENTO

Não vamos parar obras para alcançar déficit zero, diz Lula

Relatório da LDO de 2024 pode ser votado na semana que vem na Comissão de Orçamento

POLÍTICA

Lula assume culpa por derrota em indicação e fala em pedir voto no Congresso

Lula diz estar em dúvida sobre Dino no STF ou no ministério e não descarta mulher ou negro

Lula e Haddad reúnem-se no Planalto e devem anunciar indicados para BC na sexta-feira (27)

Líderes apontam amplo favoritismo de Alcolumbre no Senado, revela painel do poder

Big Techs praticaram abuso de poder contra PL das fake news, diz Orlando Silva

Abranet: Inteligência Artificial será regra e não exceção

DESTAQUES

Governo já negocia calendário especial de votação da reforma tributária

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 18h49min

O líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), negocia com a oposição um calendário especial de votação da proposta de reforma tributária (PEC 45/2019). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá votar o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) na segunda semana de novembro. Randolfe defende a votação dos dois turnos no mesmo dia no Plenário. Ele disse que o governo não tem preferência por qualquer uma das versões, seja a de Braga ou a do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo Randolfe, a promulgação da reforma tributária vai resultar num crescimento econômico de 1% ao ano. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Governo vai propor agência de cibersegurança 10% menor e sem orçamento próprio

Poder Legislativo | 27/10/2023 – 08h34min

O projeto de lei para criar a ANCiber (Agência Nacional de Cibersegurança) vai propor uma estrutura menor do que a prevista originalmente pelo GSI (Gabinete de

Segurança Institucional) e deixar de apontar uma fonte de receita própria para bancar o funcionamento do órgão. O custo para manter a agência, quando ela estiver plenamente implementada após cinco anos de atividades, está estimado em R\$ 540 milhões. Na proposta inicial, o montante era de R\$ 600 milhões. As alterações foram feitas após o desgaste da proposta original, antecipada pela Folha, que previa taxar usuários de internet de todo o país para bancar a operação da agência. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel submete proposta de revisão do Plano Geral de Metas de Competição à consulta pública

Poder Executivo | 26/10/2023 – 20h50min

O Conselho Diretor da Anatel aprovou na quinta-feira (26/10) processo de relatoria do conselheiro Vicente Aquino que trata de proposta de submissão à Consulta Pública do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). A proposta estará disponível para contribuições pelo prazo de 60 dias após a adoção de algumas medidas determinadas pelo Conselho Diretor para tornar claros pontos específicos. Além da consulta, será realizada uma audiência pública em Brasília/DF, de forma híbrida, possibilitando tanto a participação presencial quanto remota dos interessados, a fim de aprofundar o debate sobre o tema. O PGMC foi primeiramente aprovado por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e posteriormente atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018. O Plano desempenha um papel fundamental ao estabelecer diretrizes e metas que visam fomentar a competição no mercado de telecomunicações, garantindo benefícios tanto para os consumidores quanto para as próprias empresas do setor por meio da análise de competição no atacado e no varejo, listando medidas regulatórias assimétricas adequadas para cada situação. A atualização do PGMC reflete o compromisso da Anatel em assegurar um ambiente competitivo saudável, estimulando a inovação, a qualidade dos serviços e a oferta de preços justos para os consumidores. Sua evolução contínua é essencial para enfrentar os desafios em constante mutação do setor e para promover um mercado de telecomunicações mais dinâmico e inclusivo. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel promove consulta pública para a revisão do Regulamento de Uso do Espectro

Poder Executivo | 26/10/2023 – 18h12min

O Conselho Diretor da Anatel, em sua reunião realizada na quinta-feira, 26 de outubro, aprovou a submissão à consulta pública, pelo prazo de sessenta dias, da Minuta da Resolução que aprova o novo Regulamento de Uso do Espectro Radioelétrico (RUE), bem como a realização de duas audiências públicas, uma em Brasília e outra em Fortaleza, de forma híbrida, possibilitando tanto a participação presencial quanto remota dos interessados, a fim de aprofundar o debate sobre o tema. A última atualização do Regulamento de Uso do Espectro Radioelétrico (RUE) da Anatel foi finalizada no ano de 2016. Desde então, a contínua evolução do setor levou à necessidade de nova revisão do RUE, a qual ficou prevista no item 19 da Agenda Regulatória do biênio 2023-2024. Entre os motivos de proposta de tal revisão, vale destacar a necessidade de incorporação das alterações da LGT, aportadas pela Lei nº 13.879, de 2019, bem como o atendimento ao Decreto nº 10.139, de 2019, que determinou a revisão e a consolidação de todos os atos normativos inferiores a decreto que tratam do mesmo tema. Assim, aproveitou-se essa oportunidade para integrar ao RUE o Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 548, de 2010, e o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências (RPPDUR), aprovado pela

Resolução nº 695, de 2018. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel destina 120 MHz para o 5G na faixa de 4,9 GHz Poder Executivo | 26/10/2023 – 18h12min

O Conselho Diretor da Anatel aprovou no dia 26 de Outubro a destinação de mais 120 MHz de espectro para o setor móvel na faixa de 4,9 GHz. A faixa de radiofrequências de 4.830 MHz a 4.950 MHz foi destinada para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e do Serviço Limitado Privado (SLP), em caráter primário e sem exclusividade. Com isso, a Anatel incrementa a quantidade de espectro para o Serviço Móvel Pessoal - SMP na faixa de frequências entre 1 GHz e 6 GHz, as chamadas mid-bands, que passa dos atuais 1060 MHz para 1180 MHz, contribuindo para o aumento de capacidade e desempenho do 5G no Brasil. Segundo o relator da matéria, o conselheiro Moisés Moreira, ainda não há previsão para realizar a Licitação da faixa de 4,9 GHz. No entanto, foi dado o primeiro passo nesse sentido, que é definir o arranjo de frequência e as condições de uso dessa faixa. A nova faixa trará mais competição ao setor, que, por sua vez, pode gerar ganhos de eficiência e redução de preços ao consumidor. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Orlando Silva diz que Judiciário poderá dar respostas mais rápidas para garantir direitos fundamentais em serviços digitais Poder Legislativo | 26/10/2023 – 17h18min

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator na Câmara do [Projeto de Lei 2630/20](#), conhecido como PL das Fake News, disse que o Poder Judiciário poderá dar respostas mais rápidas para garantir a proteção de direitos e garantias fundamentais nos serviços digitais. Ele participou do 2º Colóquio Franco-Brasileiro de Direito Constitucional na Câmara dos Deputados, na quinta-feira (26). “O desafio que o direito constitucional possui na era digital é criar mecanismos de estímulo à atividade econômica e proteção de direitos e garantias fundamentais”, afirmou. “Será chamado o Poder Judiciário para falar? Imagino que sim. E imagino que possa dar respostas em tempo, respostas mais rápidas”, afirmou. “Assim como será chamado o Poder Legislativo para fazer o aperfeiçoamento, a revisão, no limite da possibilidade para a adequação dos comandos constitucionais e da legislação nacional para aquilo que é desafiador a partir da introdução dos serviços digitais”, completou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom debate soluções para a conectividade rural em evento promovido pela CNA Poder Executivo | 26/10/2023 – 15h41min

O Ministério das Comunicações (MCom) participou do seminário “Soluções para Conectividade Rural” na manhã de quinta-feira (26/10), em Brasília (DF). O evento contou com a presença do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, do Secretário de Telecomunicações do MCom, Maximiliano Martinhão, representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, do presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins, dentre outras autoridades. Na abertura do evento, o ministro Juscelino Filho destacou a importância da utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para o interior do país. “O programa 2 do Conselho Gestor do Fust tem como objetivo levar a infraestrutura de telecomunicações onde hoje ela é deficitária, com subprogramas específicos para áreas rurais e rodovias estaduais. Para massificar a interiorização da conectividade, o Ministério

das Comunicações está trabalhando para lançar uma linha de crédito específica para o Agro”, registrou o ministro. Outras políticas públicas mencionadas por Juscelino Filho foram a Estratégia Nacional de Conectividade de Escolas (Enec) e o novo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Está previsto na Enec e foi incluído no Novo PAC a conectividade em escolas públicas do ensino básico até 2026. Ao todo, são 138.355 escolas, das quais 52.122 escolas estão localizadas em áreas rurais”, reforçou. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Com primeiras operações do FUST, BNDES viabiliza internet banda larga em escolas públicas de MG e TO

Poder Executivo | 26/10/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou os primeiros financiamentos diretos com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), destinados a dois projetos que vão levar conexão de internet banda larga de qualidade a 40 escolas públicas localizadas em 20 cidades na Amazônia Legal e em Minas Gerais. Ao todo, 6,5 mil alunos serão beneficiados com as duas iniciativas apoiadas, que incluem a implantação de 535 km de fibra ótica e mais de 9,5 mil novas conexões ao longo das rotas até as instituições de ensino, em localidades que atualmente não contam com serviço de internet adequado. “Conexão de escolas não é apenas infraestrutura; significa abrir portas para o futuro, garantindo que nossos jovens tenham acesso a mais informação e mais oportunidades. Essa é uma prioridade do Governo Lula, e estamos comprometidos em fazer a diferença na vida de milhares de estudantes, conectando-os ao século 21 e preparando-os para os desafios de um mundo cada vez mais digitalizado”, declarou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Fonte: ASCOM BNDES

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ideal é não ter mais exceções na reforma tributária, diz Appy

Poder Executivo | 27/10/2023 – 12h28min

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirma que as exceções acrescentadas pelo Senado na reforma tributária são suficientes e que o “ideal” agora seria não abrir novas brechas para regimes especiais de cobrança de impostos. “Obviamente, pressão vai ter, mas o ideal é que não tenha mais mudanças no texto. Ou tenha um mínimo de mudança daqui para frente”, disse Appy em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo publicada na 6ª feira (27.out.2023). Appy vê como “positiva” a 1ª versão do relatório da reforma tributária no Senado apresentada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). A expectativa é que o texto seja votado entre 7 e 9 de novembro na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e no plenário da Casa e, depois, possa voltar à Câmara para que seja promulgado ainda neste ano. Eis a [íntegra](#) do relatório. “Considerando a necessidade de construir um texto que possa ser aprovado no Senado, o balanço [do parecer do Senado] é positivo. Lógico, do ponto de vista técnico, o ideal seria outro texto. Mas, considerando a necessidade de aprovação, o resultado é positivo”, declarou o economista. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Braga vê espaço para aumentar fundo regional em mais R\$ 15 bilhões

Pode Legislativo | 26/10/2023 – 18h23min

Um dia após apresentar o seu parecer, o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou ao Valor que vê espaço para ampliar em mais R\$ 15

bilhões o aporte anual do governo federal no Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), chegando a um total de R\$ 75 bilhões. A quantia contraria o entendimento do Ministério da Fazenda, mas atende ao pleito mínimo demandado pelos governadores. O fundo regional terá como objetivo reduzir as desigualdades regionais e será pago pela União aos Estados. Inicialmente, Braga sugeriu um valor para o FNDR que chegaria progressivamente a R\$ 60 bilhões ao ano — o que já representa um aumento de R\$ 20 bilhões em relação à versão da Câmara dos Deputados. A alteração foi negociada com a Fazenda, que cedeu para que a proposta de emenda à Constituição (PEC) pudesse avançar.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula diz que meta fiscal não precisa ser zero e prevê 2024 difícil

Poder Executivo | 27/10/2023 – 13h55min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, na sexta-feira (27), que a meta fiscal não precisa ser zero, como vinha sendo defendido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Para Lula, essa meta "difícilmente será atingida", porque ele não quer realizar cortes em investimentos e obras. "Deixa eu dizer para vocês uma coisa. Tudo o que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai cumprir. O que eu posso te dizer é que ela não precisa ser zero. A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias nesse país", disse o presidente. Lula então acrescentou que o mercado sabe que a meta fiscal de déficit zero não será atingida, mas que eles são "gananciosos". "Então eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida. Então eu sei, conversando com o Haddad, sei da vontade do Haddad, sei da minha disposição e quero dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta zero, até porque eu não quero fazer cortes em investimentos de obras", afirmou. Fonte:

Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Não dá para cravar efeitos de medidas de receitas aprovadas pelo Congresso para 2023, diz Ceron

Poder Executivo | 27/10/2023 – 13h07min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avaliou que ainda não é possível cravar os efeitos das medidas de incremento de receita que estão sendo aprovadas pelo Congresso para este ano. Ele reforçou que a equipe econômica está revisando os impactos fiscais do projeto que tributa fundos offshore e exclusivos, como já antecipou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Mas também ponderou que outras medidas que avançaram, como o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento, terão impacto fiscal relevante. "Para 2023 ainda não dá para cravar o efeito das medidas aprovadas no Congresso, que impactam o resultado primário", afirmou Ceron, durante entrevista coletiva para comentar os dados do Resultado do Tesouro Nacional referente a setembro. Fonte: Gaúcha ZH

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo central tem superávit primário de R\$ 11,548 bi em setembro

Poder Executivo | 27/10/2023 – 09h48min

O governo central registrou superávit primário de R\$ 11,548 bilhões em setembro, conforme divulgado na sexta-feira pelo Tesouro Nacional. Os dados levam em conta

Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública. O superávit primário de setembro deste ano foi o sétimo maior para o mês em termos reais em toda a série histórica, que tem início em 1997. Com isso, no acumulado de 12 meses até setembro, o governo central teve déficit de R\$ 71,4 bilhões, o equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta de resultado primário para este ano é de déficit de até R\$ 231,5 bilhões, mas os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam atualmente resultado negativo de R\$ 141,4 bilhões. Em setembro de 2022, as contas ficaram positivas em R\$ 10,9 bilhões. Em 2022 como um todo, por sua vez, houve superávit de R\$ 54,1 bilhões (0,5% do PIB). O resultado de setembro foi formado por superávit de R\$ 32,7 bilhões do Tesouro, déficit de R\$ 21,089 bilhões da Previdência Social e déficit de R\$ 93 milhões do BC. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad pretende apresentar a Lula alternativas para desoneração da folha

Poder Executivo | 26/10/2023 – 21h46min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alternativas para que ele vete o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha até 2027, aprovado pelo Senado na quarta-feira (26/10). Segundo o ministro, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem um parecer de que a reforma da previdência veda qualquer prorrogação de benefício. Além disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) tem uma avaliação na mesma direção, sinalizando a inconstitucionalidade da medida. “O meu papel é apresentar alternativas”, disse Haddad, em entrevista ao Correio Braziliense, nesta quinta-feira (26/10). “Estamos desenhando aqui. Nós temos alternativas, mas eu preciso levar ao conhecimento do presidente uma coisa que a própria AGU vai dizer. Ela tem o mesmo entendimento da PGFN. Então, nós precisamos saber como é que nós vamos lidar com essa questão”, adicionou. Fonte: Correio Braziliense

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Comissão aprova obrigatoriedade de laboratórios em escolas públicas

Poder Legislativo | 27/10/2023 – 14h01min

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6356/19, que obriga o governo (em todos os níveis) a instalar laboratórios de ciências, de matemática e de informática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta, do deputado Charles Fernandes (PSD-BA), acrescenta a medida à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tramita na Câmara dos Deputados. Com o projeto, Fernandes espera despertar nos alunos o interesse por disciplinas que muitas vezes são abstratas. Pelo texto, a União, os estados e os municípios estudarão os investimentos necessários e as etapas a serem seguidas para a montagem dos laboratórios, com o envolvimento da comunidade escolar. A ação ficará condicionada à formação continuada de professores em ciências, matemática e informática. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Discussão sobre US\$ 100 bi de financiamento ambiental tem que ser retomada na COP, diz Ana Toni

Poder Executivo | 27/10/2023 – 13h37min

A secretária de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana

Toni, afirmou na sexta-feira, 27, que a discussão sobre a promessa dos países desenvolvidos de financiamento climático anual de US\$ 100 bilhões deve ser retomada na COP-28, que acontece nos Emirados Árabes em dezembro. O financiamento foi prometido pelos países desenvolvidos às nações em desenvolvimento em 2009, mas ainda não foi implementado, e tem sido alvo de críticas do governo federal. "Os US\$ 100 bilhões foram prometidos na COP-15 e é um tema que temos que colocar para trás, porque é algo que está corroendo a confiança na COP. Sabemos que precisamos de muito mais de US\$ 100 bilhões por ano, e por isso é fundamental que isso seja tratado na COP", reforçou a secretária durante participação no evento Brasil pelo Meio Ambiente (BPMA), na Amcham Brasil, em São Paulo. Fonte: Gaúcha ZH

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Não vamos parar obras para alcançar déficit zero, diz Lula

Poder Executivo | 27/10/2023 – 13h56min

O presidente Lula afirmou na sexta-feira (27) que não vai interromper obras ou bloquear grandes volumes de investimento para alcançar a meta de zerar o déficit fiscal em 2024 — objetivo que foi lançado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula argumentou que o mercado é "ganancioso" em certas ocasiões e cobra um compromisso fiscal inalcançável. "O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero. A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Então, eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida", declarou. Fonte: Gaúcha ZH

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório da LDO de 2024 pode ser votado na semana que vem na Comissão de Orçamento

Poder Legislativo | 27/10/2023 – 12h04min

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/23), deputado Danilo Forte (União-CE), disse, na sexta-feira (27) em entrevista ao programa Painel Eletrônico da Rádio Câmara, que seu parecer deve ser votado na semana que vem na Comissão Mista de Orçamento. Danilo Forte adiantou que a intenção é concluir a votação do texto no Plenário do Congresso Nacional entre 20 e 22 de novembro para que a Lei Orçamentária (LOA) de 2024 (PLN 29/23) possa ser votada em dezembro. A LDO estabelece as diretrizes para a elaboração da LOA. O processo de análise da lei orçamentária é mais longo porque são realizadas audiências públicas e primeiro é votado um parecer do Comitê de Avaliação da Receita. A partir dele é votado o parecer preliminar e, em seguida, são votados os 16 relatórios setoriais por temas como saúde e educação. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula assume culpa por derrota em indicação e fala em pedir voto no Congresso

Poder Executivo | 27/10/2023 – 14h50min

O presidente Lula (PT) disse na sexta-feira (27) que não negocia com o centrão, mas com partidos políticos, e reconheceu que fez acordos com PP e Republicanos. Ele afirmou

que é direito dos partidos reivindicar o comando da Caixa Econômica Federal. A declaração foi dada durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto e ocorre na semana da demissão de Rita Serrano do comando da Caixa Econômica Federal para abrigar Carlos Antônio Vieira Fernandes, um nome sugerido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Eu fiz um acordo com o PP, com Republicanos, acho que é direito deles, que gostariam de ter espaço com governo, indicar uma pessoa que esteve na Caixa, já foi da Caixa, já teve no governo da Dilma, já foi do Ministério das Cidades, uma pessoa que tem currículo para isso. E eles [os partidos] juntos têm mais de 100 votos, eu precisava desses votos para continuar o governo", disse Lula. Lula também disse que precisa dos votos desses partidos para governar. Ainda afirmou que é "possivelmente" culpado pela rejeição no Senado do nome de Igor Roque para o comando da DPU (Defensoria Pública da União). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula diz estar em dúvida sobre Dino no STF ou no ministério e não descarta mulher ou negro

Poder Executivo | 27/10/2023 – 13h55min

O presidente Lula (PT) disse na sexta-feira (27) que o ministro Flávio Dino (Justiça) é altamente qualificado, mas que tem dúvida se seria a melhor indicação para o STF (Supremo Tribunal Federal). O chefe do Executivo diz ainda que pode ser uma mulher ou um negro o seu nomeado para a corte. "Se eu falar para você o que eu penso do Flávio Dino, eu tenho medo que a manchete do jornal seja "Lula tem preferência por Flávio Dino". Então, eu tenho em mente algumas pessoas da mais alta qualificação política do país. Tem várias pessoas", disse. "E obviamente, que eu sou obrigado a reconhecer que o Flávio Dino é uma pessoa altamente qualificada do ponto de vista do conhecimento jurídico, altamente qualificada do ponto de vista político. É uma pessoa que pode contribuir muito. Mas eu fico pensando, onde o Flávio Dino será mais justo e melhor para o Brasil? Na Suprema Corte ou é no Ministério de Justiça? Aí tem outra questão que eu fico pensando, onde ele será mais justo?", questionou. A declaração foi dada durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula e Haddad reúnem-se no Planalto e devem anunciar indicados para BC na sexta-feira (27)

Poder Executivo | 27/10/2023 – 09h24min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estão reunidos na manhã de sexta-feira no Palácio do Planalto, informou ao Valor uma fonte do governo federal. A reunião não consta na agenda de ambos. Há a expectativa entre fontes do governo de que seja realizado na sexta-feira o anúncio dos novos indicados para a diretoria do Banco Central (BC). Conforme publicado pelo Valor na quarta-feira, o servidor de carreira Rodrigo Alves Teixeira deve ser indicado para a diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta. Já para a diretoria de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, é esperada a indicação de um professor universitário. Na segunda-feira, o próprio Haddad afirmou que os indicados para a diretoria da autoridade monetária seriam conhecidos nesta semana. Segundo ele, Lula já validou as escolhas. "Nesta semana. Quanto antes. Estou aguardando as pessoas se comunicarem com quem elas precisam", disse o ministro. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes apontam amplo favoritismo de Alcolumbre no Senado, revela painel do poder

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 15h20min

O desfecho mais provável para a próxima eleição de presidente do Senado Federal é uma vitória de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na percepção dos próprios parlamentares. A informação é de pesquisa Painel do Poder realizada em setembro com líderes do Legislativo federal. O levantamento questionou líderes no Congresso a respeito de quem eles acreditam ser o favorito na disputa pela sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Alcolumbre é o mais citado por uma margem ampla, lembrado por 41% dos entrevistados. Atrás dele vêm os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Rogério Marinho (PL-RN). É possível contratar o Painel do Poder e receber o relatório completo. Veja aqui como fazer. O levantamento perguntou aos parlamentares sobre quem eles acham que vai vencer, e não quem eles desejam que vença. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Big Techs praticaram abuso de poder contra PL das fake news, diz Orlando Silva

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 13h48min

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL das Fake News, afirmou na quinta-feira (26) que as big techs e empresas de redes sociais agiram com abuso de poder contra o PL das Fake News. Orlando citou ações do Telegram e da Google. “Houve abuso de poder econômico. O Telegram fez um editorial e distribuiu para todos os seus usuários. Isso é ilegal. O Google colocou debaixo da caixa de pesquisa desinformação. O Spotify feriu seus termos de uso”, disse o deputado ao falar sobre a tramitação do projeto de lei. Orlando participou da live “Percepções sobre a liberdade de expressão”, transmitida pelo Congresso em Foco na quinta-feira (26). Também participou do debate a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) e o responsável por relações institucionais do Instituto Sívís, Jamil Assis. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abranet: Inteligência Artificial será regra e não exceção

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 13h48min

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), instalada no Senado Federal para analisar o projeto de lei 2338/23, terminou na quinta, 26/10, um ciclo de 7 audiências públicas para discutir um marco legal de IA no país. Como se viu durante vários debates, a própria necessidade de regulação específica não é exatamente um consenso. Diferentes debatedores apontaram que princípios constitucionais e leis específicas, como o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados, servem para avaliar o impacto e eventual dano com o uso de ferramentas de inteligência artificial. Há, no entanto, preocupações com os riscos decorrentes de decisões automatizadas e com o viés algoritmo – ou seja, como as fórmulas usadas no desenvolvimento e aprendizagem de IA reproduzem preconceitos verificados na sociedade. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)